

Eleições presidenciais no Brasil em 2010: o perfil dos candidatos e de suas alianças

Aline Bruno Soares

Rio de Janeiro, julho de 2010.

Desde seu início, o ano de 2010 tem se mostrado marcante em relação à atuação brasileira no meio internacional, pois representa uma fase de grande visibilidade e ascensão da atuação do país neste cenário. O Brasil é reconhecido como um ator importante, e tem se aproveitado desta ‘fama’ no meio internacional para ganhar espaço e se destacar como articulador e mediador de conflitos – embora tenha se frustrado em algumas tentativas.

No âmbito interno, o destaque de 2010 é o processo eleitoral. Tudo indica que será um ano decisivo na política: poderá ser a primeira vez que uma mulher ocupará o cargo máximo do Poder Executivo brasileiro (Dilma Rousseff, do PT, ou Marina Silva, do PV); será a primeira eleição da nova era democrática sem a participação de Luís Inácio Lula da Silva como candidato; e é possível que se confirme a presença de uma situação política ‘bimultipartidária’. Multipartidária porque o país conta atualmente com 27 partidos políticos registrados, todos com presença no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, podemos considerar que há no plano federal uma situação ‘bipartidária’, visto que existe claro predomínio e liderança do PSDB e do PT, e ambos têm apresentado candidatos competitivos para o cargo de Presidente do país.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que legitimou a democracia no Brasil e colocou um fim em quase todos os resquícios do período militar, o país nunca passou por um processo eleitoral para a escolha de Presidente da República sem a participação de Lula como candidato. Este parece ser um fato ordinário, mas a verdade é ao longo dos processos eleitorais a figura de Lula agregou setores sociais de grande importância e força política. Lula se tornou um dos maiores líderes carismáticos do Brasil, tanto por sua história de vida, parecida com a de milhares de brasileiros que abandonaram o nordeste em busca de oportunidade e qualidade de vida; quanto porque conseguiu se tornar o Presidente com um dos maiores índices de aprovação popular.

A campanha eleitoral para a escolha do próximo Presidente do Brasil está a pleno vapor. Na eleição do dia 3 de outubro de 2010, existem nove candidatos à Presidência da República. No entanto, nas pesquisas eleitorais mais recentes, seis deles têm menos de 1% das intenções de votos válidos cada um. Apenas três candidatos possuem chances reais de serem eleitos e provavelmente um deles tomará posse no dia 1º de janeiro de 2011: Marina Silva, do Partido Verde (PV), com 10%; José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), ambos empatados com 39% das intenções de votos.

Marina Silva, do Partido Verde (PV), bastante conhecida na mídia internacional pelo seu trabalho como ambientalista, faz oposição ao governo Lula e tem a chance de se eleger. Ela iniciou sua carreira política como vereadora da cidade de Rio Branco, tornando-se posteriormente Deputada Estadual no estado do Acre. Atualmente é Senadora da República. Embora seja considerada uma pessoa moderada, perde eleitores por ser vista como uma política reservada e excessivamente comedida em suas decisões. Militante do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, ela foi Ministra do Meio Ambiente do governo Lula de 2003 a 2008, mas pediu a desfiliação do PT em 2009 por considerar que a questão ambiental não recebia o destaque necessário. Em seguida, foi convidada a se filiar ao PV e se tornar a representante do partido nas eleições nacionais.

O Partido Verde (PV), registrado em 1993 no Tribunal Superior Eleitoral, governa atualmente 2,1 milhões de brasileiros. Pressionado internacionalmente pelos seus pares, o PV fez a estratégia de ter Marina Silva e o empresário Guilherme Leal, Presidente da Natura (empresa brasileira de cosméticos), como candidata a Presidente e vice em sua chapa. Conhecidos pela preocupação com o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, os dois compartilham dos ideais do PV, mas têm pouca força política. Para assegurar o compromisso com a causa ambiental e a ética pública, o PV tomou a decisão de fazer a campanha nacional sem alianças. Em um país com 27 unidades federativas (26 estados e o distrito federal) e 27 partidos políticos, não formar coalizão política, especialmente no caso da campanha a Presidente, pode significar condenar-se ao isolamento – e talvez ao fracasso. Especialistas em marketing político afirmam que a estratégia é justamente provar que o eleitorado brasileiro valoriza quem mantém seus valores morais e ideológicos. E a análise histórica das eleições recentes do Brasil nos indica que em alguns momentos os eleitores preferiram candidatos que apresentaram novidades àqueles que se pareciam demais uns aos outros. Assim o PV crê na chance de ganhar a disputa.

O outro candidato da oposição com chances reais de se eleger é José Serra. Ele era o governador do estado de São Paulo e tem longa trajetória política: foi deputado federal, senador, Ministro do Planejamento e Orçamento e Ministro da Saúde. Após ser candidato à Presidência da República pelo PSDB em 2002, José Serra voltou para seu cargo de senador, depois foi prefeito da cidade de São Paulo e, posteriormente, governador do estado de São Paulo. Embora tenha a maior experiência política entre os demais candidatos, especialmente por ter governado o estado mais rico da federação, cujo PIB representa 32% do PIB total do Brasil e a população ultrapassa 40 milhões de habitantes, José Serra ‘sofre’ da mesma falta de expressão que sua adversária política Dilma Rousseff, candidata do PT. Ambos são políticos pouco carismáticos e amplamente criticados na mídia pelo comportamento centralizador.

O Partido da Social Democracia Brasileira, registrado em 1989, surgiu da dissidência social democrata criada no MDB, após a volta dos exilados políticos ao Brasil no fim da ditadura militar. O PSDB fez oposição ao governo Collor

(1990-1992), e ganhou destaque nacional no governo Itamar Franco (1992-1994), com a implantação do Plano Real pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. FHC candidatou-se e se sagrou vitorioso nas duas eleições para a Presidência da República, mantendo-se no poder entre 1995 a 2002. Nesta época, lançou como sucessor seu Ministro da Saúde, José Serra, que perdeu no segundo turno das eleições presidenciais para Lula. Desde então, o PSDB voltou para os bastidores do poder e tem feito forte oposição ao governo Lula.

Atuando de maneira pragmática para agregar força política à campanha, a coligação da oposição não representa uma identidade ideológica específica: possui partidos reconhecidamente de direita, centro e esquerda (PSDB, DEM, PTB, PPS e PT do B). Até pouco antes do início do processo eleitoral, as negociações entre estes partidos estavam a todo vapor para decidir quem seria o candidato à Vice-Presidência, junto com José Serra. Os Democratas, segundo partido mais forte da chapa, impuseram como condição para se manterem na aliança que a escolha do candidato à Vice-presidente fosse realizada dentro do partido, acarretando assim a escolha do Deputado Federal do Rio de Janeiro, Índio da Costa, para ocupar a posição.

Tudo indica que a escolha do parlamentar do DEM como candidato à Vice-Presidência, serviu para apresentar ao eleitorado um aspecto mais jovem e ético da campanha. Índio da Costa participou ativamente da aprovação da Lei Ficha Limpa, que atualmente está em voga na mídia, pois foi criada pela iniciativa popular com o objetivo de proibir candidatos condenados e corruptos a participarem das eleições. A coligação espera moralizar a política e atrair o voto dos eleitores jovens.

Principal aliado do PSDB, o partido Democratas (DEM) foi criado por pessoas que, embora fizessem parte do governo militar, queriam eleições diretas no país. Registrado como Partido da Frente Liberal (PFL) em 1985, recentemente os liberais mudaram o nome do partido para Democratas devido à imagem negativa que tinham frente ao eleitorado. Entre os outros partidos desta coligação, destaca-se o Partido Popular Socialista (PPS), que tem em comum aos demais partidos ter apoiado as eleições diretas a Presidência da República - único partido de esquerda do país que assim o fez. O PPS criticou severamente a forte oposição realizada pelos partidos de esquerda ao Governo Collor, que avaliava desnecessária. Apoiou o candidato Ciro Gomes (Partido Socialista Brasileiro - PSB) e Lula (PT) nas eleições anteriores, pois considerou a atuação do PSDB no poder incapaz de resolver os problemas do país. Apenas recentemente fez a opção por integrar o bloco de oposição ao governo Lula, visto que discorda de várias políticas públicas federais e não possui liderança nacional própria para lançar como candidato à Presidência.

A economista Dilma Rousseff é a candidata à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores. Mesmo tendo sido Ministra de Minas e Energia do governo Lula, ela não era conhecida nem pelos militantes e nem pela população. Em 2005, quando o escândalo do 'mensalão' veio à tona e foi comprovado que parlamentares aliados recebiam regularmente do PT uma

quantia para votarem as decisões do Poder Executivo, o PT perdeu boa parte de sua reputação, credibilidade entre seus próprios militantes e prestígio em todo o país. Todavia, uma das piores consequências para o partido foi ver a saída de suas principais lideranças, seja por causa do envolvimento no esquema de corrupção, seja por terem se desapontado com a conduta do partido. Além disso, militantes também saíram e decidiram criar outros partidos políticos. Lula, cuja participação no processo de corrupção não ficou comprovada, passou a ser o único nome forte do PT. Como não poderia mais se reeleger, Lula precisava descobrir entre os quadros do PT uma nova liderança nacional para lançar como sucessor. E assim apareceu Dilma Rousseff, a candidata de Lula à Presidência.

Embora nunca tenha disputado um cargo eletivo, ou mesmo as prévias internas do PT para ser a candidata legítima do partido, Dilma Rousseff teve ao seu lado o cabo eleitoral mais ilustre do país: o presidente Lula. Desde o escândalo do 'mensalão', Lula deu a Dilma Rousseff grande destaque no governo, nomeando-a Ministra-chefe da Casa Civil, e favoreceu para que ela agregasse maior visibilidade na mídia. Com tamanho apoio, a cada nova pesquisa eleitoral a candidata tem conquistado mais aceitação pelos eleitores. Neste ritmo, os partidos de oposição devem se preparar para lidar com as dificuldades em alavancar seus candidatos frente à campanha eleitoral do PT, que conta em sua coligação com os partidos: PMDB, PDT, PSB, PR, PCdoB, PRB, PTN, PSC e PTC.

Criado como uma dissidência de esquerda do PMDB e registrado em 1982, o Partido dos Trabalhadores vinha sendo considerado o partido político com a estrutura mais democrática e ética do país, por permitir grande participação de seus filiados nas decisões e a prática de prévias em seu processo decisório interno. Desde 1989, o PT tem lançado seu maior líder, Luís Inácio Lula da Silva, como candidato à Presidência da República. Após três campanhas eleitorais fracassadas (1989, 1994 e 1998), Lula se tornou o Presidente da República e passou a governar o país em 1º de janeiro de 2003.

Todos os 27 partidos políticos brasileiros surgiram a partir da década de 1980, última fase democrática. No entanto, é importante destacar que o maior partido do país, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, registrado no Tribunal Superior Eleitoral em 1981 (antes MDB, criado em 1965 para fazer oposição à Arena, partido que representava o Governo de regime militar), não tem seu próprio candidato à Presidência da República desde a eleição de 1998. Tal estratégia tem tornado o PMDB essencial no processo de governabilidade, pois é o partido que integra essencialmente a coalizão no poder. Está presente em todos os estados da federação com a maior capilaridade e quantidade de recursos humanos nos municípios, apresenta capacidade de absorver qualquer posição ideológica em seus quadros políticos e tem grande poder de arrecadação de recursos financeiros para o processo eleitoral. Informalmente, é o que os brasileiros chamam de 'arroz de festa': nunca é o prato principal, mas é o acompanhamento necessário para a composição de praticamente todos os pratos da culinária nacional (seja para o

tradicional arroz e feijão de todos os dias, ou qualquer prato típico dos estados do país).

Nas eleições de 2008, o PMDB passou a governar 28,6 milhões de eleitores brasileiros. E possui em seus quadros mais de dois milhões de filiados. Na prática política isso quer dizer que quem tem o PMDB na aliança tem maior potencial de alcançar o poder, já que conta com o apoio do partido político com o maior número de bases locais para ajudar na campanha, grande 'flexibilidade' ideológica para agradar grupos com diferentes posições político-ideológicas e a meta de garantir sua parte no governo, independentemente da identidade ideológica do aliado. Não é de se surpreender que o candidato a Vice-Presidente com Dilma Rousseff, do PT, é justamente o Deputado Federal Michel Temer, Presidente do PMDB. Esta coligação foi montada estrategicamente entre o PT, que tem a máquina do Estado a seu favor, e o PMDB, cujo representante é um renomado acadêmico constitucionalista e político nacionalmente conhecido, para ter visibilidade na mídia e vencer as eleições.

A ironia deste início de processo eleitoral é que a candidata que apresenta as maiores chances de chegar ao poder é justamente a que até então era a mais desconhecida dos eleitores e que nunca foi escolhida como representante de qualquer categoria. O que prevaleceu até agora em praticamente todas as coligações foi a estratégia mais pragmática para chegar e se manter no poder, sem respeito à identidade ideológica ou à posição dos próprios militantes partidários. Entretanto, assim como o PT abriu mão de prévias internas para decidir seu candidato à sucessão presidencial, aceitando a imposição do nome indicado por Lula, PSDB e outros partidos políticos na disputa pelo poder também não deram aos seus militantes a oportunidade de legitimar suas lideranças.

Podemos afirmar que há avanços democráticos no Brasil, pois lideranças de origem bastante humilde como o presidente Lula e a senadora Marina Silva conseguiram conquistar espaços estratégicos na arena política. Contudo, não podemos negar os retrocessos, visto que todos os partidos políticos mantiveram a prática de deixar seus 'caciques' escolherem seus candidatos. Esta ausência de participação nos processos de escolha dentro dos partidos reafirma a atitude tradicionalmente paternalista presente na prática política *tupiniquim*. Sendo assim, só podemos concluir que a jovem democracia brasileira tem um longo caminho a percorrer rumo ao seu fortalecimento e consolidação.